



FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL
Decreto Federal de reconhecimento nº 40719 de 08/01/1957

FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL

REGIMENTO

**SÃO PAULO
2012**



SUMÁRIO

TÍTULO I

Da Faculdade e de seus objetivos	1
---	---

TÍTULO II

Da Estrutura Organizacional	2
Capítulo I	2
Dos Órgãos	2
Capítulo II	2
Da Congregação	2
Capítulo III	3
A Diretoria	3
Coordenação Pedagógica	4
Departamento de Estágio	5
Capítulo IV	6

Dos Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas	6
--	---

TÍTULO III

Da Atividade Acadêmica	7
Do Ensino	7
Seção I	7
Dos Cursos	7
Seção II	7
Estrutura dos Cursos	7
Capítulo II	8
Da Pesquisa	8

TÍTULO IV

Do Regime Escolar	8
Capítulo I	8
Do Semestre Letivo	8
Capítulo II	8
Do Processo Seletivo	8
Capítulo III	9
Da Matrícula	9
Capítulo IV	11
Da Transferência e do Aproveitamento de Estudos	11
Capítulo V	12
Da Avaliação e do Desempenho Acadêmico	12
Capítulo VI	14
Trabalho de Conclusão de Curso e de Estágio Supervisionado	14

TÍTULO V

Da Comunidade Acadêmica	15
Capítulo I	15
Do Corpo Docente	15
Capítulo II	17
Do Corpo Discente	17
Capítulo III	17
Do Corpo Técnico Administrativo	17



<i>TÍTULO VI</i>	18
Do Regime Disciplinar	18
Capítulo I	18
Do Regime Disciplinar em Geral	19
Capítulo II	19
Do Regime Disciplinar do Corpo Docente	19
Capítulo III	20
Do Regime Disciplinar do Corpo Discente	20
Capítulo IV	20
Do Regime Disciplinar do Corpo Técnico Administrativo	20
 <i>TÍTULO VII</i>	20
Dos Títulos e Dignidades Acadêmicas	20
 <i>TÍTULO VIII</i>	
Das Relações da Mantenedora	21
 <i>TÍTULO IX</i>	21
Das Disposições Gerais	21

REGIMENTO

DA FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL

TÍTULO I

DA FACULDADE E DE SEUS OBJETIVOS

Art. 1º A Faculdade Paulista de Serviço Social, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, é um estabelecimento isolado particular de ensino superior, mantido pela Sociedade de Serviço Social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e com seu Estatuto inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do 4º Cartório de Títulos e Documentos da Capital de São Paulo, sob o nº 919 do Livro “A”, em 3 de outubro de 1949.

Parágrafo único. A Faculdade Paulista de Serviço Social rege-se pelo presente Regimento, pela legislação do ensino superior, respeitado o princípio da autonomia didática e disciplinar da Faculdade, e diretrizes emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 2º A Faculdade Paulista de Serviço Social, como instituição de ensino, tem por objetivos:

- I – formar profissionais, habilitando-os no exercício da profissão;
- II – gerar e difundir conhecimento e estimular a criação cultural, em um contexto de relações democráticas e em uma perspectiva de participação e contribuição nos diversos segmentos da sociedade;
- III – estimular o desenvolvimento do pensamento reflexivo e de atividades que despertem a criatividade;
- IV – realizar e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;
- V – estimular o conhecimento do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VI – colaborar com entidades públicas e privadas que atuam no campo social, por meio de consultorias, assessorias e o estabelecimento de outros tipos de parceria;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes do conhecimento e pesquisa gerados na Faculdade.

Parágrafo Único - Para a consecução de seus objetivos a Faculdade poderá, após a aprovação da Entidade Mantenedora, firmar convênios com instituições públicas, particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas), educacionais, científicas, culturais e de assistência social, bem como, com empresas nacionais ou estrangeiras.

TITULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS

Art. 3º A Faculdade Paulista de Serviço Social possui, em sua estrutura básica, órgãos deliberativos e executivos e normativos.

§ 1º São órgãos de administração da faculdade:

I – Congregação

II- Diretoria

III- Coordenação Pedagógica e Departamento de Estágio

IV- Corpo Docente

V- Órgãos de apoio à atividades acadêmicos

CAPÍTULO II

DA CONGREGAÇÃO

Art. 4º A Congregação, órgão colegiado da Faculdade, é constituída dos seguintes membros:

I – o Diretor, seu Presidente;

II – o Coordenador Pedagógico;

III – 1 membro do Corpo Docente;

IV – 1 (um) representante do corpo discente, indicado pelo C.A.;

V – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo da Faculdade.

Art. 5º A Congregação reúne-se, ordinariamente, no início e no final de cada semestre letivo, extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocada pelo Diretor.

Art. 6º À Congregação compete:

I – Deliberar sobre alterações no Regimento da Faculdade com seus respectivos anexos, submetendo-o à aprovação do órgão federal competente;

II – apreciar o relatório anual da Diretoria;

III – sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor;

IV – deliberar sobre a concessão de dignidades acadêmicas;

V – exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da congregação, cabem recursos aos órgãos competentes, por estrita arguição de ilegalidade, no prazo de noventa dias, contados da decisão.

CAPÍTULO III

A DIRETORIA

Art.7. A Diretoria, órgão executivo superior de coordenação e fiscalização das atividades da Faculdade, é exercida por Diretor, designado pela Entidade Mantenedora;

Art. 8. A organização da Diretoria é definida por um conjunto de responsabilidades assumidas pelo Diretor sendo de sua incumbência os setores administrativos da Faculdade.

Art.9. São atribuições do Diretor:

I – representar a Faculdade junto às pessoas e instituições públicas ou privadas, em juízo ou fora dele;

II – organizar e dirigir os serviços técnicos, administrativos e de apoio acadêmico da Faculdade;

III – elaborar o plano anual de atividades da Faculdade, juntamente com a Coordenação Pedagógica.

IV – Elaborar do relatório anual de atividades encaminhando à Mantenedora e disponibilizando a comunidade acadêmica, na biblioteca e no sítio da Faculdade (WWW.fapss.br).

V – cumprir e fazer cumprir este Regimento, bem como, fazer com **que o projeto pedagógico, esteja em consonância** com as diretrizes curriculares definidas pelos órgãos competentes;

VI – convocar e presidir as reuniões da Congregação e reuniões administrativo-pedagógica;

VII– manter a ordem e a disciplina em todas as dependências da Faculdade, tomando, para tanto, as medidas necessárias e respondendo por abuso ou omissão;

VIII- aplicar as penas disciplinares previstas por este Regimento;

IX – conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados acadêmicos;

X – baixar Portarias, assinar termos, despachos, declarações, comunicados, circulares e correspondências da Faculdade;

XI – Indicar a contratação de docentes e profissionais técnico-administrativo, com a aprovação da Mantenedora;

XII – autorizar as publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade da Faculdade;

XIV – convocar a Comissão de Ética;

XV – resolver os casos omissos neste Regimento, “ad referendum” da Congregação.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 10 – A Coordenação Pedagógica é órgão responsável por instaurar, incentivar, produzir constantemente um processo pedagógico reflexivo, sobre todas as ações da faculdade, com vistas à produção de transformações nas práticas cotidianas.

Art.11. São atribuições da Coordenação Pedagógica:

I – elaborar o currículo do curso de graduação, em consonância com as diretrizes **emitidas pelos órgãos competentes**, submetendo-o à aprovação da Diretoria;

II – Acompanhar e avaliar os resultados pedagógicos em discussão coletiva com o corpo docente e, em situações específicas, com o responsável pela disciplina analisar os resultados do desempenho de disciplinas e do curso, dos rendimentos de alunos, com vistas à intervenção pedagógica;

III – promover a atualização e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico;

IV – coordenar os trabalhos dos núcleos temáticos instituídos para a realização de estudos sobre temas específicos;

V- Representar o curso e seus professores junto às Autoridades e Órgãos da Faculdade;

VI- Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitada as especialidades, bem como coordenar e supervisionar as atividades e assiduidade;

VIII- Aprovar os programas e planos de ensino das disciplinas do curso;

IX- Elaborar e submeter os projetos de ensino de pesquisa e extensão à aprovação da Comunidade Acadêmica e supervisionar sua execução;

X- Pronunciar-se sobre transferência, aproveitamento de estudos e adaptações de alunos transferidos ou graduados, ouvidos os docentes da área;

XI – Estabelecer canais de interlocução com o corpo discente para identificar as dificuldades pedagógicas e nas relações interpessoais;

XII – organizar o produto da reflexão dos professores, do planejamento, dos planos de ensino e da avaliação da prática de sala de aula;

XVIII – acompanhar e avaliar os resultados pedagógicos em discussão coletiva com o corpo docente e, em situações específicas, com o responsável pela disciplina;

XIX – acompanhar os rendimentos dos alunos com vista à intervenção pedagógica.

DEPARTAMENTO DE ESTÁGIO

Art 12. O departamento de Estágio, órgão responsável pela organização e gestão da política de estágio é exercido por Coordenador - Assistente Social, designado pela Diretoria.

Parágrafo único: Cabe ao Departamento de Estágio atuar articulado à Diretoria e Coordenação Pedagógica de modo a viabilizar as demandas de qualificação do estágio como elemento central da formação profissional.

Art 13. São as atribuições do Coordenador de Estágio:

Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional;

I- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando a articulação do processo de estágio com a proposta curricular;

II- Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;

III- Estabelecer canais de comunicação contínua com as instituições campos de estágio através de encontros, reuniões, visitas e seminários, visando assegurar a qualidade do estagio;

IV- Propor e rever modelos de documentação dos diversos instrumentos utilizados no processo de Estágio/ Supervisão;

V- Promover curso de Capacitação de Supervisores e a organização da agenda do Fórum de Supervisores da Fapss-SP;

VI- Atender as demandas dos Conselhos Regionais e garantir o cumprimento da legislação vigente e a documentação necessária pela Resolução 533/2008 em relação às Unidades de Formação Acadêmicas.

VII- Acompanhar a supervisão acadêmica.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Art. 14. A Faculdade Paulista de Serviço Social, para atender aos objetivos a que se propõe, conta com órgãos de apoio acadêmico, como a Secretaria, Biblioteca e os Laboratórios de Informática e Multimídia que integram a estrutura da Instituição.

§ 1º As competências, a estrutura e o funcionamento desses órgãos são definidos em Regulamento interno próprio;

§ 2º A criação de outros órgãos de apoio às atividades acadêmicas, além dos previstos no *caput* deste artigo, é feita por ato do Diretor.

TÍTULO III

DA ATIVIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I

DO ENSINO

Seção I

Dos Cursos

Art.15. A Faculdade pode ministrar os seguintes cursos:

I – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

II – de pós-graduação *latu sensu*, Mestrado e Doutorado, na área específica, abertos a candidatos portadores do diploma de curso superior ou equivalente, que satisfaçam os requisitos exigidos em cada caso;

III – de extensão, abertos aos portadores dos requisitos exigidos em cada caso, destinados à divulgação e atualização de conhecimentos e técnicas de interesse cultural da comunidade acadêmica e externa.

Art. 16. Na criação e manutenção do curso, são observados os critérios de compatibilidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade, exigências do mercado de trabalho e atendimento às necessidades da comunidade e **as diretrizes** emanadas pelos órgãos competentes.

Art.17. O curso de graduação é estabelecido a partir das diretrizes curriculares definidas pelos órgãos competentes com a indicação dos respectivos atos de sua legalização, é o constante do anexo que integra este Regimento, o Projeto Pedagógico.

Seção II

Da Estrutura do Curso

A estrutura do curso será nos termos do Projeto Pedagógico.

CAPÍTULO II

DA PESQUISA

Art.18. A Faculdade incentiva a investigação científica e a pesquisa através da concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, concessão de bolsas especiais para a formação de pessoal pós- graduado, participação em congressos, intercâmbios com outras instituições, divulgação dos resultados de pesquisas e outros meios ao seu alcance, havendo disponibilidade financeira.

Parágrafo Primeiro: Os projetos de pesquisa são supervisionados pelo Coordenador Pedagógico e Professores da disciplina de pesquisa.

Parágrafo segundo: A Faculdade pode instituir prêmios, como estímulo á produção científica da comunidade acadêmica através do Instituto José Pinheiro Cortez.

TÍTULO IV

DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO I

DO SEMESTRE LETIVO

Art.21. O semestre letivo, independente do ano civil, tem no mínimo 100 (cem) dias de trabalho acadêmico efetivo, não computados os dias reservados a provas e exames.

§ 1º. O período letivo prolongar-se-á sempre que necessário para que se completem os dias letivos previstos, bem como para o integral cumprimento do conteúdo e da carga horária estabelecidos nos programas das disciplinas nele ministradas.

Art.22. As atividades da Faculdade são escalonadas em calendário do qual constam, pelo menos, o início e o encerramento dos períodos de matrícula, dos períodos letivos, de transferências e de trancamento de matrícula e, nestes, do período de exames.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO SELETIVO

Art.23. O acesso ao curso de graduação é aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo

seletivo, que tem por objetivo verificar sua aptidão intelectual, potencialidades e classificar para o ingresso no curso, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - As vagas oferecidas são as autorizadas pelo Conselho Nacional de Educação, e se encontram registradas no ANEXO que integra este Regimento.

§ 2º - As inscrições para o processo seletivo são divulgadas por meio eletrônico, do qual constará a designação do curso e número de vagas oferecidas, os prazos de inscrição, a documentação exigida, a qualificação do corpo docente, os recursos materiais e encargos financeiros, a relação das provas, os critérios de classificação e desempate e outras informações pertinentes.

Art.24. O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio.

Art.25. A classificação faz-se pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado.

§ 1º - A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o processo seletivo, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

§ 2º - Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderão ser recebidos portadores de diplomas de graduação, ou poderá realizar-se novo processo seletivo.

§ 3º - A hipótese de novo processo seletivo, prevista no parágrafo anterior, não se configura quando o número de inscritos no primeiro processo seletivo for inferior ao número de vagas.

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA

Art.26. A matrícula, ato formal de ingresso no curso e de vinculação à Faculdade, realiza-se na secretaria desta, aos que tenham concluído o ensino médio equivalente nos prazos estabelecidos no calendário escolar, instruído o requerimento com a seguinte documentação:

I - certificado ou diploma de curso de Ensino Médio ou equivalente;

II - certidão de nascimento ou casamento;

III - prova de quitação com o serviço militar e eleitoral;

IV - comprovante de pagamento da primeira prestação da semestralidade;

V - declaração de exercício de trabalho no respectivo horário;

VI - cédula de identidade.

Parágrafo Primeiro: No caso de diplomado em curso de graduação, é exigida a apresentação do diploma, devidamente registrado, em substituição ao documento previsto no inciso I.

Parágrafo segundo: Os candidatos que concluíram o ensino médio em curso de educação de jovens e adultos ou equivalentes, devem apresentar certificado definitivo de conclusão de curso, não sendo aceito atestado de eliminação de matérias.

Art.27. A matrícula é concedida aos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e aprovados no processo seletivo, na hipótese da existência de vagas, bem como aos alunos efetivos, por período letivo, admitindo-se a dependência em até 2 (duas) disciplinas, ouvidos os professores da disciplina e o Coordenador Pedagógico.

Art.28. A matrícula é feita por período letivo e sua renovação a cada período deve ser feita nos prazos estabelecidos no calendário escolar.

§ 1º. Ressalvando o disposto no art. 25, a não renovação da matrícula implica o abandono do curso e a desvinculação do aluno da Faculdade;

§ 2º. O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o comprovante de pagamento da primeira prestação da semestralidade, bem como de quitação total das prestações anteriores;

Art.29. É concedido o trancamento da matrícula, para efeito interrupção temporária dos estudos, manter o aluno sua vinculação à Faculdade e seu direito à renovação da matrícula;

§ 1º - O trancamento é concedido, se requerido, até o decurso da primeira metade do período letivo, por tempo expressamente estipulado no ato de solicitação, que não pode ser superior a quatro períodos letivos, incluído aquele em que foi concedido, desde que tenha cursado o primeiro período do curso;

§ 2º - Não são concedidos trancamentos imediatamente consecutivos que, em seu conjunto, ultrapassem o tempo previsto no parágrafo anterior nem trancamentos sucessivos não consecutivos que, em seu conjunto, ultrapassem o mesmo limite;

§3º- O cancelamento da matrícula elimina o aluno do quadro discente da Instituição, cabendo apenas, a pedido, a respectiva certidão de alunos;

§4º- O Aluno que houver interrompido seu curso por desistência ou cancelamento poderá retornar à Faculdade mediante classificação em novo processo seletivo;

CAPITULO IV

DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art.30. É concedida matrícula ao aluno transferido de curso superior de instituição congênere, nacional, por meio de processo seletivo, na estrita conformidade das vagas existentes e da legislação vigente desde que requerida no prazo fixado:

§ 1º. As transferências ex-offício, dar-se-ão na forma da lei n.º 9.536, de 11 de dezembro de 1997;

§ 2º. O requerimento de matrícula por transferência deve ser instruído com o histórico escolar do curso de origem, programas e carga horária das disciplinas nele cursadas com aprovação.

Art.31. O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados, com aprovação, no curso de origem:

Parágrafo único. A análise do procedimento de transferência e adaptação será **convalidada** pelo Coordenador Pedagógico.

I – nos termos do currículo estabelecido pelo **Projeto Pedagógico**;

II - qualquer disciplina do currículo, em que o aluno houver sido aprovado no curso de origem, é integralmente aproveitada, exigindo-se, porém, o cumprimento das restantes quando na Faculdade a correspondente matéria estiver desdobrada em maior número de disciplinas;

III - disciplina complementar do Currículo do Curso de origem pode ser aproveitado, em substituição a congênere da Faculdade, quando não for inferior a carga horária e forem correspondentes os programas;

IV – para integralização do curso, exige-se carga horária total não inferior à prevista da pela Instituição;

Art.32. Em qualquer época, a requerimento do interessado, a Faculdade concede transferência de aluno nela matriculado:

Art.33. Aplicam-se à matrícula dos diplomados e de alunos provenientes de outros cursos de graduação de instituições congêneres, as normas referentes às transferências :

Parágrafo único. Observadas as demais normas com relação ao aproveitamento de disciplinas pressupõe a equivalência de conteúdos com a disciplina cursada com a aprovação no curso de origem e carga horária não inferior à prevista na Faculdade, ouvido o professor da matéria e o Coordenador Pedagógico.

Art. 34. Adaptação curricular é o conjunto de aulas e atividades prescritas pela Faculdade ao aluno transferido, com o objetivo de situá-lo e ajustá-lo aos planos e curso e padrões de ensino.

Art.35. Os alunos que demonstrem extraordinário Aproveitamento de Estudos, mediante prova e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados pela banca examinadora, especialmente constituída para este fim, poderão requerer que seja reduzido seu tempo de integralização curricular, observadas as normas do sistema federal de ensino.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

Art.36. A avaliação do desempenho acadêmica é feita por disciplina, incidindo sobre a freqüência e o aproveitamento, nos termos do Projeto Pedagógico.

Art.37. A freqüência às aulas e às demais atividades acadêmicas, permitida somente aos matriculados regularmente, é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo os casos previstos em legislação própria.

§ 1º. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado o aluno que não tiver cumprido a freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades de cada disciplina, sendo-lhe vedada a prestação de exames finais;

§ 2º. A verificação e o registro da freqüência é de responsabilidade do professor e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria da Faculdade.

Art.38. O aproveitamento acadêmico é avaliado por meio do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas **avaliações processuais e na avaliação semestral**.

Avaliação Processual: O professor tem autonomia para definir os valores, o número e a metodologia que adotará para avaliar o aluno em sua disciplina;

Avaliação Semestral: Além das Avaliações Processuais, o professor aplicará uma Avaliação Semestral, que deverá ser individual e sem consulta, que será realizada a partir do calendário, dias e horários das referidas avaliações, estabelecido pela coordenação e aprovado pela direção que será afixado em sala de aula de cada período permitindo o acesso à todos.

Pontuação: O professor poderá pontuar segundo sua metodologia de trabalho, sempre lembrando que ao final do semestre será aplicada a Avaliação Semestral.

O aluno deverá atingir ao final do semestre, média 7,0 (sete) para não realizar exame; de 5,0 a 6,9 realizará os exames, que deverão ser aplicados ao final da Avaliação Semestral. O aluno que atingir nota até 4,9 ficará em dependência.

O aluno só poderá ser promovido para o período seguinte caso não tenha duas disciplinas em dependência. As notas das Avaliações Processuais e a Avaliação Semestral deverão ser somadas resultando na média semestral do aluno- 10,0 (dez).

Arredondamento de notas: Em caso de decimais o procedimento é:

6,25 – 6,50 (0,25)

6,75 – 7,00 (0,25)

Parágrafo Único: Compete ao professor da disciplina elaborar as avaliações conforme sistema de avaliação semestral, aprovado pelo colegiado de professores.

§ 1º. Ao aluno que deixar de comparecer a avaliação ou exame final, na data fixada, não poderá ser concedida nova oportunidade de avaliação, somente mediante atestado médico apresentado até 48 horas após a avaliação;

§ 2º. Pode ser concedida revisão da nota atribuída à avaliação semestral ou exame final, quando requerida até 72 horas após sua divulgação.

Art.39. Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima, constante deste regimento é aprovado o aluno que:

I - independentemente do exame final, obtiver nota de aproveitamento não inferior a 7 (sete), correspondente à média aritmética das notas das avaliações;

Art.40. O aluno reprovado por não ter alcançado seja a freqüência, seja as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de freqüência e aproveitamento.

Art.41. É promovido ao período letivo seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se a promoção com dependência em até 2 (duas) disciplinas, se reprovado em três ou mais disciplinas, deverá ser repeti-las quando estas lhe forem oferecidas.

§ 1º. O aluno promovido em regime de dependência deverá matricular-se, obrigatoriamente nas disciplinas de que depende devendo atender a todas as exigências estabelecidas;

§ 2º. Não se admite nova promoção com dependência de disciplina do período não imediatamente anterior, ressalvada a hipótese de não oferecimento da disciplina;

CAPÍTULO VI

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 42. As monografias e/ou trabalho de conclusão de curso, quando estabelecidos no currículo, observarão sistemática própria, previamente aprovada pelos orientadores, e serão acompanhados por professores orientadores sob a supervisão da Coordenação Pedagógica.

Art. 43. O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional.

§ 1º: O Estágio supervisionado visa oportunizar ao aluno o estabelecimento de relações mediatas entre conhecimentos teóricos metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional.

§ 2º: O Estágio Curricular Obrigatório será desenvolvido do quinto ao sétimo período letivo (terceiro e quarto ano) com obrigatoriedade do cumprimento da carga horária prevista no currículo do curso e de supervisão sistemática.

§ 3º: A Supervisão na formação do assistente social envolve duas dimensões diretamente articuladas: de acompanhamento e orientação profissional, exercida pela Supervisão Acadêmica e Supervisão de Campo.

§ 4º: A supervisão Acadêmica caracteriza-se pela prática docente, sob a responsabilidade do professor(a) supervisor (a) no contexto do curso.

§ 5º: A Supervisão de Campo compreende o acompanhamento direto das atividades prático institucionais do estudante pelo assistente social nos campos de estágio.

Art. 44. As atividades de estágio são coordenadas pelo responsável do Departamento de Estágio articulado com as demais instâncias acadêmicas e Supervisores de Campo, coerentes com toda normatização e legislação em vigor: Lei Federal 11.788/2008, Resolução CFESS533/2008, Diretrizes Curriculares (1996), Lei 8662/93 e Plano Nacional de Estágio dos órgãos competentes Parágrafo Único: Observadas as normas gerais deste Regimento, os estágios obedecerão o regulamento próprio elaborado em consonância com o Projeto Pedagógico da Instituição.

TÍTULO V

DA COMUNIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I

DO CORPO DOCENTE

Art.45. O corpo docente da Faculdade é constituído por todos os professores integrantes da carreira do magistério e, a título eventual e por tempo determinado, a faculdade pode dispor do concurso de professores visitantes e de professores colaboradores.

Art.46. Os membros do Corpo Docente são contratados pela Mantenedora mediante indicação da Coordenação Pedagógica ao Diretor, segundo o regime das leis trabalhistas, observando os critérios deste Regimento e as normas previstas no Plano de Carreira Docente, observados os seguintes critérios:

I- além da idoneidade moral do candidato são considerados seus títulos acadêmicos, científicos e profissionais, relacionados com a disciplina a ser por ele ministrada;

II- constitui requisito básico o diploma de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Parágrafo único. Os demais critérios são os constantes do Plano de Carreira Docente e os fixados pelo Ministério da Educação.

Art.47. São atribuições do professor:

Art. 48- A dispensa de professor, prerrogativa do contratante, será proposta pela Diretoria, ouvido a Coordenação Pedagógica, levada à análise final da Mantenedora;

CAPÍTULO II

DO CORPO DISCENTE

Art.49. Constituem o corpo discente da Faculdade os alunos regulares:

§ 1º. São regulares os alunos matriculados em curso de graduação, com direito ao respectivo diploma ou certificados e após o cumprimento integral dos correspondentes currículos disciplinares.

Art.50. São direitos e deveres dos membros do corpo discente:

I - freqüentar as aulas e demais atividades curriculares, aplicando a máxima diligência no seu aproveitamento;

II - utilizar os serviços administrativos e técnicos, oferecidos pela Faculdade;

III - votar e ser votado, nas eleições dos órgão de representação estudantil, bem como na representação de classe;

IV - recorrer de decisões de órgãos deliberativos ou executivos;

V - observar o regime escolar e disciplinar e comportar-se dentro e fora da Faculdade, de acordo com os princípios éticos condizentes; e

VI - zelar pelo patrimônio da Faculdade.

Art.51. O corpo discente terá como órgão de representação, o Centro Acadêmico, regido por Estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art.52. O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem a seu cargo, os serviços necessários ao bom funcionamento da Faculdade, especificado em regulamento interno da secretaria

Parágrafo único. A Faculdade zelará pela manutenção de padrões de seleção e condições de trabalho condizentes com a natureza de instituição educacional, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários.

TÍTULO VI

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DO REGIME DISCIPLINAR EM GERAL

Art.53. O ato de matrícula e de investidura em cargo ou função docente e técnico-administrativa importa em compromisso formal de respeito aos princípios éticos, à dignidade acadêmica e às normas contidas na legislação de ensino neste Regimento

Art.54. Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, o não atendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o art.53:

§1º O Diretor deve instituir processo disciplinar, constituindo comissão de sindicância ou processo administrativo, conforme o caso;

§ 2º. A aplicação, a docente ou aluno, de penalidade que implique afastamento temporário ou definitivo das atividades acadêmicas, será precedido por processo administrativo mandado instaurar pelo Diretor.

§ 3º. Ao acusado será assegurado amplo direito de defesa, diretamente ou por meio de advogado legalmente constituído.

§ 4º. Em caso de dano material à Faculdade, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator fica obrigado ao ressarcimento.

Art.55. São penalidades aplicáveis aos membros do corpo discente, serão aplicadas de acordo com a gravidade do fato, com a análise da Direção, variando de:

I - advertência oral e sigilosa;

II - repreensão por escrito;

III - suspensão;

IV - desligamento.

§ 1º. O Diretor é o principal responsável pela observância dos preceitos disciplinares e a aplicação das sanções estabelecidas em lei e neste Regimento, tais como repreensão, suspensão e desligamento;

§ 2º. A competência para a penalidade de advertência é do Coordenador Pedagógico. Os professores podem impor a pena de advertência oral e exclusão da sala de aula ou exame ao aluno que tenha infringido as disposições do art.53.

Art.56. Da aplicação das penas de repreensão, suspensão e desligamento cabe recurso, conforme estipulado por este regimento.

Parágrafo único. A pena de demissão aos membros do corpo docente e do corpo técnico-administrativo é aplicada pela Mantenedora por proposta do Diretor.

Art.57. A pena de desligamento de membros do corpo docente é sugerida pela Comissão de sindicância, por falta grave, apurada em processo administrativo, mandado instaurar pelo Diretor, respeitado sempre o princípio constante do § 3º do art. 54.

CAPÍTULO II

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE

Art.58. Constituem faltas praticadas pelos membros do corpo docente, passíveis de punição:

I - deixar de cumprir determinações constantes das leis de ensino, deste Regimento ou emanadas dos órgãos da Faculdade;

II - faltar, sem motivo justo, às aulas, reuniões dos colegiados e outras atividades acadêmicas;

III - ser impontual às aulas e outras atividades acadêmicas;

IV - faltar com o respeito à Diretoria, Coordenação Pedagógica, aos membros do corpo docente e técnico-administrativo;

V - deixar de entregar à Secretaria, no prazo estipulado, notas de avaliação do desempenho dos alunos e outros documentos de sua responsabilidade;

VI - usar o recinto acadêmico para a prática de atos que perturbem a ordem da Faculdade ou que atentem contra a moral ou ordem pública, de acordo com o parecer da Comissão de Sindicância;

VII - incitar a deflagração de movimento que resulte em prejuízo das atividades acadêmicas.

CAPÍTULO III

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

Art.59. Constituem faltas, praticadas pelos membros do corpo discente, passíveis de punição:

I - desrespeitar a Diretoria, Coordenador de Curso, membros dos corpos docente a técnico-administrativo e membros da Entidade Mantenedora;

II - desrespeitar determinação da Diretoria;

III - praticar ato de insubordinação;

IV - ter conduta incompatível com a ética universal;

V - praticar ato de improbidade nos trabalhos acadêmicos;

VI - praticar ofensa física contra Diretores, Coordenadores, professores, alunos ou funcionários da Faculdade;

VIII - perturbar a ordem da Faculdade ou usar o recinto acadêmico para prática de atos contrários à moral ou à ordem pública;

CAPÍTULO IV

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art.60. Aos membros do corpo técnico-administrativo aplicam-se as penalidades da legislação trabalhista.

Parágrafo único - A aplicação da penalidade é de competência do Diretor, ressalvada a de demissão ou rescisão de contrato, que é de competência da Mantenedora.

TÍTULO VII

DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS

Art.61. Ao concluinte do Curso de Graduação será conferido o respectivo grau e expedido o diploma de Bacharel em Serviço Social.

Parágrafo único. O diploma será assinado pelo Diretor, pelo Secretário, Coordenador de Pedagógico, e pelo Diplomado.

Art.62. O grau acadêmico será conferido pelo Diretor, em sessão pública e solene da Congregação, na qual os graduados prestarão o compromisso de praxe.

Parágrafo único. Ao concluinte que o requerer, o grau será conferido, em ato simples, na presença de três professores, em local, data e hora determinados pelo Diretor.

TÍTULO VIII

DAS RELAÇÕES DA MANTENEDORA

Art.63. A Faculdade Paulista de Serviço Social, tem em relação a Mantenedora, total independência programática, pedagógica, didática e administrativa, sendo o Diretor e Coordenador, responsáveis pela orientação e fiel execução do Projeto Pedagógico, aprovado pela Congregação, sempre seguindo os interesses da Mantenedora.

Art. 64. Cabe à Mantenedora:

I - nomear, empossar e determinar o período do mandato do Diretor;

II – aprovar, anualmente, o orçamento da Faculdade;

III - conceder bolsas de estudo, ajuda técnica e financeira a alunos da Faculdade, e professores mediante indicação do Diretor;

IV - fixar vencimentos, admitir, licenciar e demitir funcionários da Faculdade;

V - adquirir ou alienar os bens móveis e imóveis da Faculdade;

VI - fixar taxas e outras contribuições previstas em estatuto;

VII - aplicar as penalidades cabíveis aos quadros diretivos da Faculdade.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.65. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Ministério da Educação aplicando-se as disposições que importem em alteração da estrutura curricular e do regime escolar, a partir do ano letivo subsequente ao ano da aprovação.